



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DAVI FIGUEIREDO GONÇALVES VILAR

**CRISE DO LADAQUE E DISSUAÇÃO CONVENCIONAL: LIÇÕES
SOBRE A POSTURA ESTRATÉGICA DO EXÉRCITO INDIANO**

JOÃO PESSOA

2023

DAVI FIGUEIREDO GONÇALVES VILAR

**CRISE DO LADAQUE E DISSUAÇÃO CONVENCIONAL: LIÇÕES
PARA POSTURA ESTRATÉGICA DO EXÉRCITO INDIANO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro de Ciências
Sociais Aplicadas como requisito parcial
à obtenção de título de Bacharel em
Relações Internacionais pela
Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Augusto W. M.
Teixeira Júnior.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

V697c Vilar, Davi Figueiredo Gonçalves.

Crise do Ladaque e dissuasão convencional: lições
sobre a postura estratégica do exército indiano / Davi
Figueiredo Gonçalves Vilar. - João Pessoa, 2023.
44 f. : il.

Orientação: Augusto Wagner Menezes Teixeira Junior.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Teoria da dissuasão. 2. Dissuasão convencional.
3. Exército indiano. 4. Crise do Ladaque. I. Teixeira
Junior, Augusto Wagner Menezes. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

DAVI FIGUEIREDO GONCALVES VILAR

**CRISE DO LADAQUE E DISSUAÇÃO CONVENCIONAL:
LIÇÕES SOBRE A POSTURA ESTRATÉGICA DO EXÉRCITO INDIANO**

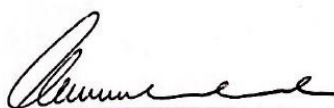
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 07 de junho de 2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Augusto Wagner Menezes Teixeira Junior – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer e dedicar esse trabalho a todos aqueles que me acompanharam na vida acadêmica, aos meus familiares e amigos, todos indispensáveis para a realização dessa pesquisa e para minha formação como discente.

Primeiramente dedico meus agradecimentos aos meus familiares, que me acompanham na minha jornada acadêmica desde infância. Meu irmão Lucas Figueiredo Gonçalves Vilar, minha mãe Kenilda Alencar Figueiredo, meu pai Luciano Ricardo Vilar e meus avós.

Gostaria de agradecer também aos meus amigos e colegas, os quais me inspiraram, me auxiliaram e me deram suporte até o fim. Victor Aguiar, Mauricio Lando, Gabriel Ramalho, Telmo Lubambo, Gabriel Lacerda, Ana Andreasi, Ricardo Pessoa, Gabriel Prata, Samuel Angelus, Vinícius Gomes, João Matheus, Débora Guedes, Cinthya Araújo, Eduarda Borges, Maria Mont Serrat, Aretha Faustino, Henrique “Bigode”, Leandro Galisa, Raphael Reginato, Renan Reginato, Simba Figueiredo Gonçalves Vilar, Marcelo Honorato, Carlos “Cascão”, Paulo “Pinho”, Lucas Miranda, Enrico Costa todos os quais me apoiaram em todos os momentos da minha vida acadêmica, e me deram força na confecção deste trabalho.

Estendo também meu agradecimento para o corpo docente, em especial Professor Augusto Teixeira, o qual me acompanhou na minha jornada acadêmica e abriu amplas janelas de oportunidade para mim, e minhas colegas, nos envolvermos no âmbito de segurança e geopolítica nacional por meio do GEESI.

RESUMO

O estudo tem como objetivo analisar os efeitos e resultados geoestratégicos da Crise do Ladaque para o exército indiano, tendo como elemento teórico de análise a Teoria da Dissuasão, mais especificamente a dissuasão convencional. O trabalho analisa a Crise de Ladaque de 2020, que alterou as relações diplomáticas sino-indianas, e sedimentou um novo cenário de competição entre as potências regionais. A pesquisa teve como metodologia principal a análise documental de textos oficiais disponibilizados publicamente pelo Ministério da Defesa Indiano, a revisão narrativa sobre a Teoria da Dissuasão e análise de bases de dados sobre as capacidades militares do Exército Indiano.

Palavras-chave: Teoria da dissuasão; dissuasão convencional; Exército Indiano; Crise do Ladaque.

ABSTRACT

The following study proposes to analyze the effects and geostrategic results from the Ladakh Crisis for the Indian army, having as a theoretical element of analysis the Theory of Deterrence, more specifically conventional deterrence. The project is based upon the Ladakh crisis of 2020, which greatly affected sino-indian diplomatic relations, and established a new scenario of competition between regional powers. The research utilized the methodology of documentary analysis of official texts made publicly available by the Indian Ministry of Defense, the narrative review on the Theory of Deterrence and analysis of databases on the military capabilities of the Indian Army.

Keywords: Deterrence theory; conventional deterrence; Indian army; Ladakh Crisis.

LISTA DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS

Quadro 1: Relação Metodologia/Modalidade da Dissuasão Convencional.....	14
Tabela 1: Equilíbrio das forças terrestres em termos de pessoal e principais plataformas terrestres, Índia e China.....	30
Figura 1: Região do Ladaque e seus Territórios Disputados.....	7
Figura 2: Demarcação das Disputas Territoriais Sino-Indianas.....	20
Figura 3: Setor Ocidental da LAC.....	22
Figura 4: Alterações da LAC de 1959 para 1962.....	23
Figura 5: Embates e seus Posicionamentos Relativos a LAC (Vale Galwan e Pangong-Tso).....	27
Figura 6: Organograma do Ministério da Defesa Indiano.....	32
Figura 7: Mísseis de Cruzeiro e Balísticos Indianos.....	33

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	5
2.APORTE TEÓRICO.....	9
2.1 – Diplomacia Coercitiva.....	9
2.2 – Teoria da Dissuasão.....	10
2.3 – Dissuasão Convencional e <i>Precision-Guided Munitions</i>	13
3.CONTEXTO GEOPOLÍTICO.....	20
3.1 – Guerra Sino-Indiana e <i>Line of Actual Control</i>	19
3.2 – Relações Sino-Indianas Pós-Guerra: Diplomacia, <i>Confidence Building Measures</i> e outros Conflitos.....	24
3.3 – Crise de Ladaque (2020-2021).....	26
4.DISSUASÃO E ÍNDIA.....	30
4.1 – Postura Estratégica Indiana.....	29
4.2 – O Exército Indiano.....	31
4.3 – As Consequências da Crise do Ladaque para o Exército Indiano.....	34
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	39

1.INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado tem como propósito analisar os impactos da Crise do Ladaque (2020-2021) na postura dissuasória do Exército Indiano. Tendo os conceitos clássicos da Teoria da Dissuasão em mente, trabalhados principalmente em Morgan (2003) e Schelling (1966), o artigo procura também analisar o aporte teórico da dissuasão convencional e mais especificamente o papel de *precision-guided munitions* para a dissuasão. Clarificando aqui que uma estratégia dissuasória foca na ameaça da força a fim de desencorajar uma ação inimiga (MEARSHEIMER 1983), e que a dissuasão convencional é uma abordagem da dissuasão operacionalizada por meios cinéticos convencionais, ou seja, mísseis, artilharia e munições guiadas de precisão não nucleares.

A crise em Ladaque de 2020 consiste no estopim e tema principal para esta pesquisa. Primeiramente porque a crise representa um momento fulcral para as relações sino-indianas fronteiriças, as quais tinham se apaziguado com o Acordo de Paz e Tranquilidade na LAC (*Line of Actual Control*) de 1993 (TARAPORE, 2021). Em segundo lugar, por que esse momento de crise representa uma falha na busca de soluções por parte da denominada “diplomacia quieta” e sinaliza um ambiente de rivalidade entre as potências no teatro asiático (CLARY, NARANG, 2020). Dentro desse contexto de alta volatilidade o papel do exército indiano como vanguarda contra futuras agressões se torna cada vez mais evidente. Dessa forma, é importante analisar se sua perspectiva estratégica dissuasória foi alterada com a crise diplomática.

As relações sino-indianas após a independência da Índia foram marcadas por conflitos fronteiriços, especialmente nas áreas montanhosas dos Himalaias. Esses embates tiveram sua origem na década de 1960 com a primeira Guerra Sino-Indiana em 1962. O conflito resultou em uma vitória chinesa e o estabelecimento da LAC como parte do cessar-fogo, contudo, a adoção formal da LAC ocorreu somente em 1993, com o estabelecimento do tratado bilateral de Paz e Tranquilidade na LAC. Antes desse evento, a região fronteira era marcada com escaramuças entre forças indianas e chinesas, sendo a última vez que esses embates a baixas. Ao mesmo tempo, medidas diplomáticas foram tomadas para reaproximação dos dois países, culminando no tratado antes mencionado. O acordo bilateral foi sucedido por estabelecimento de mecanismos para discussão de crises e assuntos fronteiriços na região. Esse período de relativa quietude foi interrompido com a construção de diversos projetos de infraestrutura chineses nas regiões reivindicadas pela Índia. A verdadeira reviravolta ocorreu em 2020, com diversas incursões chinesas na região fronteira de Ladaque, levando a um choque direto das

tropas chinesas com tropas indianas (TARAPORE, 2021). A crise representou a falha da estratégia diplomática indiana de “diplomacia quieta” e um novo momento de tensão entre Beijing e Nova Delhi (CLARY, NARANG, 2020). Diante desse cenário, a Índia é posta em uma posição em que seu maior competidor - a China¹ - possui vantagem tecnológica e econômica sobre si, havendo inclusive uma grande discrepância na modernização de suas forças militares (HOODA, 2020; TARAPORE, 2021)².

Embora ambas potências possuam armas nucleares, a adoção de uma postura estratégica dissuasória ancorada em meios convencionais pode ser vista como necessária e complementar frente à ameaça chinesa. Assim, a análise de capacidades e o entendimento doutrinário estratégico são basilares para o entendimento se há ou existem bases para a adoção de uma estratégia dissuasória no âmbito do exército indiano.

O estudo procura contribuir de forma pontual para o campo de estudos estratégicos, especialmente no tocante às relações recentes sino-indianas. Primeiramente, o trabalho atua sob uma região geopolítica de alto interesse e valor estratégico para os *players* envolvidos. Nesse contexto, cita-se não somente a região do Ladaque, objeto dessa pesquisa, mas também a região da Caxemira e do Tibete, ambas as quais são ambientes voláteis, estopins para crises e conflitos como o ocorrido em 2020 (essas delimitações geográficas podem ser observadas na figura 1). Em segundo lugar, o caso selecionado é uma oportunidade interessante para aplicar as bases da Teoria da Dissuasão e os meios analisados em uma estratégia dissuasória convencional em um caso real de competição entre potências regionais.

¹ De acordo com Pardesi (2017), a rivalidade sino-indiana é uma de natureza posicional, como duas potências competindo para liderança na Ásia, e espacial, devido os territórios reivindicados por ambos países ao longo da *Line of Actual Control*.

² Como visto em Hooda (2020), as forças armadas chinesas possuem um alto nível de inovação tecnológica e aplicação ao campo de batalha desses insumos, enquanto que as forças armadas indianas possuem dificuldade no desenvolvimento de novas tecnologias e na integração delas nas forças armadas, em parte devido a limitações econômicas e orçamentárias.

Figura 1: Região do Ladaque e seus Territórios Reivindicados



Fonte: Britannica, 2023

Diante do exposto, temos como a variável dependente analisada no artigo a estratégia dissuasória como uma expressão da política de defesa indiana, com o recorte para o exército

referido do país. Adicionalmente, o trabalho tem como variáveis independentes as capacidades convencionais do exército indiano, sendo essas focadas no aspecto missilismo da força (*precision-guided munitions*). Quanto à metodologia adotada, o texto é centrado em uma metodologia qualitativa de estudo de caso, sendo o ator analisado o Exército Indiano. Adicionalmente, o trabalho conta com uma revisão de literatura, focando na obtenção de documentos oficiais, textos teóricos, notícias e bases de dados privadas. Com base nessas fontes o projeto procura testar uma hipótese. A hipótese do trabalho sustenta que a Crise do Ladaque gerou alterações na postura dissuasória do exército indiano levando também a um novo cenário geopolítico para a Índia.

Dentro dos materiais coletados, em especial os documentos oficiais, a exemplo do *Land Warfare Doctrine* (2018) e *Indian Army Doctrine* (2004), foram obtidos por meio do acesso ao site oficial do Ministério da Defesa Indiano. Os textos teóricos, que discorrem sobre a teoria da dissuasão foram disponibilizados e compartilhados pelo orientador ao longo do projeto. Esta investigação foi apoiada pela orientação com fins a um mapeamento de autores basilares e o fichamento de suas obras. Ainda é importante mencionar a utilização de fontes jornalísticas para coletar dados e informações úteis sobre a Crise de Ladaque de 2020, os quais puderam ser acessados livremente ou por subscrição. Por último, a análise de capacidades e materiais do exército indiano, será feita com base em bancos de dados militares privados, tendo o *Military Balance* (2023) do *International Institute for Strategic Studies* como principal fonte para a listagem do material bélico indiano.

2. APORTE TEÓRICO

2.1– Diplomacia Coercitiva

De acordo com Schelling (1966) a diplomacia é uma barganha baseada no interesse comum entre atores políticos. O relacionamento entre esses atores pode ser variado, desde a rivalidade a amizade. Contudo, independentemente da forma de relacionamento, para que haja diplomacia é necessário que haja um interesse comum, mesmo que esse seja evitar danos mútuos (SCHELLING, 1966). Dentro desse contexto, atores que têm capacidades materiais ou meios, nem há necessidade de barganhar, a força pode ser que seja o suficiente para ter e manter seus interesses sem o consentimento de seu oponente. A força, nesse contexto, é uma ferramenta utilizada para um fim, seja ele político ou diplomático, seja ele ofensivo ou defensivo. Outra capacidade da força, além de conquistar e proteger coisas de valor (objetivos), é causar dor e sofrimento. O terror, a dor e o sofrimento são tratados pela ciência militar como resultados acidentais de um conflito, entretanto, ele pode ser produzido propositalmente por qualquer ator capaz de violência (SCHELLING, 1966). O sofrimento por si só não leva a ganhos objetivos militares, por vezes nem ajuda a proteção e manutenção de alvos de valor, ele existe para ser evitado. Como instrumento da diplomacia, o sofrimento tem como propósito alterar ou influenciar o comportamento de um oponente, e para que a violência seja de natureza coercitiva ele deve ser antecipada. A antecipação da violência e sua evitabilidade por meio da acomodação é basilar para a diplomacia coercitiva. Tendo isso em mente, e o conceito de diplomacia postulado pelo autor, entende-se que o poder de machucar se torna também o poder de barganha.

É necessário também postular as diferenças entre outros conceitos fulcrais, são eles a força bruta e a intimidação. A força bruta se trata de fraquezas e forças inimigas, ou seja, quais são os meios e capacidades que o oponente pode utilizar em uma competição de forças, quais são seus aparatos militares, qual sua doutrina e pensamento estratégico. Por outro lado, a violência coercitiva procura explorar os medos e fraquezas de um potencial adversário. Para a utilização eficaz do potencial da dor é necessário um entendimento profundo daquilo que um adversário tem como valioso, seja sua população, sua infraestrutura, seu território ou seu poder político. Concomitantemente, é necessário que haja também a comunicação clara sobre qual o comportamento dele que causará a potencial retaliação, ou seja, qual o comportamento que deve ser alterado para que a violência não seja utilizada e a ameaça não se torne realidade.

A comunicação é um elemento central de qualquer ação coercitiva ou dissuasória, seja ela militar ou diplomática, a vítima deve também entender claramente o que é desejado e o que não é desejado, quais comportamentos levam a retaliação e quais comportamentos levam a adequação. Por último, a ameaça por si só não é um instrumento eficaz, o que o torna efetivo é a garantia correspondente que o sofrimento pode ser evitado caso o oponente obedeça (SCHELLING, 1966). Como postulado por Schelling (1966), o fator que contrasta a força bruta da coerção é o simples fato que a força bruta encontra seu sucesso quando ela é utilizada, enquanto a ameaça encontra sucesso quando o potencial da dor é mantido em reserva.

Assim, considera-se que a diplomacia coercitiva é um instrumento diplomático, que procura explorar os medos e interesses de adversários por meio de ameaças, persuasão e acomodação. A coerção tem como objetivo influenciar o pensamento e vontade de um inimigo a fim de obter resultados favoráveis em uma possível barganha. Dentro desse contexto, *decision makers* podem se utilizar de aparatos militares e psicológicos para direcionar o rumo de crises ao seu favor. Contudo, a coerção difere a dissuasão, onde a diplomacia coercitiva procura mudar o comportamento de um oponente depois desse ter tomado uma ação indesejável (*compelência*), a dissuasão tem como objetivo evitar que o oponente tome essa ação em primeiro lugar (LEVY, 2008). O elemento que conecta esses dois corpos teóricos é em seu cerne a ameaça. A ameaça, é o elemento central tanto da diplomacia coercitiva quanto da dissuasão. Adicionalmente, a ideia da comunicação é basilar para o entendimento dos dois corpos teóricos - qual comportamento é desejado, qual comportamento é indesejado e quais as consequências claras caso o oponente não se adeque às exigências

2.2 – Teoria da Dissuasão

De acordo com Morgan (2003) a essência da dissuasão pode ser exemplificada pela analogia de um jogo em que - um jogador previne o outro de fazer algo, que o primeiro não queira, por meio de ameaças de forças caso ele o faça. A dissuasão, é dessa forma, um estado de mente trazido pela existência de uma retaliação crível. Adicionalmente, a dissuasão age de forma a alterar a percepção de custo-benefício de um ator, sendo fundamentada então em aspectos psicológicos e materiais (MEARSHEIMER, 1983). Dessa forma, a dissuasão pode ser vista como uma forma de convencimento, a fim de garantir que ações indesejadas não possam ser efetivadas (OTAVIO, FEDDERSEN, 2018).

Com base no que fora apresentado anteriormente, a dissuasão não pode ser interpretada somente como uma estratégia nova ao século XIX. Historicamente, não é incomum a utilização de ameaças como táticas a fim de obter um resultado militar. Contudo, com o surgimento e proliferação de armamentos nucleares a dissuasão passa a ser construída como um estratégia nacional (MORGAN, 2003). Nesse contexto, a dissuasão passa a operar em três níveis: como tática (como antes mencionado), como uma estratégia de segurança internacional e como um componente da segurança do sistema nacional. Dentro desses preceitos, o corpo teórico da Teoria da Dissuasão foca no segundo e terceiro nível, tendo como base o relacionamento de dissuasão mútua entre atores (MORGAN, 2003).

No cerne de qualquer tática ou estratégia dissuasória está a questão da credibilidade, ou seja, tornar a ameaça feita a um oponente crível para que este não faça algo indesejado. Os requerimentos para uma postura dissuasória crível foram postulados por Kaufmann (1954), a saber: capacidade militar efetiva, imposição de custos inaceitáveis ao oponente e a utilização dessas capacidades no caso de um ataque.

No tocante a Teoria da Dissuasão é importante criar uma distinção entre o corpo teórico da estratégia dissuasória na prática. A estratégia da dissuasão é relacionada às ações militares específicas a fim de dissuadir um oponente, ou seja, as ameaças e como elas são comunicadas a um possível inimigo. A teoria da dissuasão procura postular quais são os princípios pelos quais a estratégia é operacionalizada (MORGAN, 2003). De acordo com Morgan (2003), existem cinco elementos chaves da teoria da dissuasão: *a suposição de um conflito severo, a suposição de racionalidade, o conceito de uma ameaça retaliatória, a noção de credibilidade e a noção de estabilidade dissuasória*. Discutiremos cada uma mais detalhadamente a seguir.

Em relação ao primeiro elemento, a Teoria da Dissuasão foi criada como um instrumento a fim de auxiliar Estados na Guerra Fria. Tendo esse contexto em mente, o fator mais importante do conflito foi sua possível intensidade e risco de escalada para guerra nuclear. Para as potências nucleares devido a possibilidade da aniquilação total a dissuasão deveria ser um elemento constante na estratégia desses países (MORGAN, 2003).

A *racionalidade* é outro elemento fulcral para o entendimento da Teoria da Dissuasão. A eficácia dissuasória passou a ser igualada à racionalidade do ator, devido a suposição inicial de que todos os atores são, até certo nível, racionais. O conceito de racionalidade apresentando em Morgan (2003) é definido como: obter o máximo de informações sobre a situação e quais

opções deverão utilizadas, calcular os custos relativos e as chances de sucesso e as chances de insucesso, e selecionar as ações que maximizem os ganhos relativos, tendo em mente o que um oponente racional também faria. A suposição da racionalidade tem por objetivo ajudar a criar um *framework* simplificado para a teoria, baseado no entendimento nas preferências, percepção e informação de um oponente, e como utilizar esses fatores a fim de manipular sua concepção de custo-benefício em uma situação militar. Contudo, a suposição de racionalidade também cria problemas, visto que a racionalidade de um ator depende de suas preferências. Dessa forma, Morgan (2003) chama a atenção a ideia de *tailored deterrence*, ou seja, dissuasão tecida às preferências específicas de acordo com os valores e cultura de outro ator.

Em relação ao conceito de uma *ameaça retaliatória*, o objetivo da dissuasão era prevenir uma guerra, prevenção a qual era alcançada por meio da manipulação psicológica de um oponente, alterando assim seu processo de *decision making*. Por outro lado, a ideia de retaliação era uma de natureza física, ou seja, a utilização de armas a fim de dissuadir um oponente. A correlação entre dissuasão e retaliação evolui devido às armas nucleares, que tornaram possível a retaliação pura, que nesse caso significava o uso indiscriminado de armas nucleares a fim de aniquilar um oponente e sua população (MORGAN, 2003).

Concomitantemente ao conceito anterior, a ideia do dano inaceitável tem como gênese a manipulação psicológica de um oponente a fim de compreender quais são os limites de sua relação custo-benefício. Qual tipo de punição seria o suficiente para causar dissuasão? Essa questão é central para o entendimento desse conceito. Como postulado por Morgan (2003), a existência e evolução de armas nucleares tornava sua utilização e possível dano inaceitável.

Como antes mencionado, a ideia de credibilidade é fulcral para o entendimento tanto da dissuasão como teoria, como para sua aplicação estratégica. Na perspectiva de Morgan (2003), para teóricos da dissuasão não é a capacidade ofensiva de um Estado que o faz dissuadir um oponente, mas sim, a crença de seu oponente que ele tinha essa capacidade. Congruente a noção de *capacidade* é a *disposição* para utilização dessas capacidades. A credibilidade, dessa forma, não é só dependente da percepção de um oponente, mas também, baseada na comunicação clara tanto da extensão de suas capacidades como na disposição de utilizá-las caso seja ameaçado.

Ainda dentro do escopo teórico da dissuasão é a distinção entre *dissuasão geral* e *dissuasão imediata*. Em sua essência, ambas modalidades da dissuasão atuam sob um mesmo

fenômeno básico, a fim de obter um mesmo resultado - persuasão por meio de ameaças, com o objetivo de prevenir um conflito ou guerra. Contudo, mesmo sendo duas faces de uma moeda a dissuasão imediata e geral diferem em sua execução e meios. Por um lado, a dissuasão imediata atua em cenário de crise ou confrontação, de uma natureza mais episódica, e se utiliza principalmente de ferramentas militares para obter um resultado dissuasório. Por outro lado, a dissuasão geral existe para garantir que um possível oponente nem pense em atacar, prevenindo assim cenários de crise e impedindo o escalonamento deste. De acordo com Mazarr (2018), a dissuasão geral é um esforço contínuo que tem por objetivo prevenir ações indesejadas ao longo prazo, evitando assim situações de crise e diminuindo a necessidade pela dissuasão imediata. Devido a sua natureza menos focada, a dissuasão geral é mais difícil de ser analisada, e de acordo com Morgan (2003) pode ser vista como um “extensão de uma postura militar generalizada”. Em relação às ferramentas, a dissuasão geral adota um escopo maior de ferramentas militares e econômicas. Outro fator importante a ser levado em conta em ambas modalidades da dissuasão são seus alvos. Para a dissuasão imediata, o alvo é um oponente ou inimigo do estado que imediatamente se configura como uma ameaça. A dissuasão geral não é tecida como uma contingência a um alvo em específico. Como antes mencionado, a dissuasão geral é tida como superior, ou mais segura a dissuasão imediata, visto que caso haja uma falha não significa um possível escalonamento de uma crise ou conflito.

2.3 – Dissuasão Convencional e *Precision-Guided Munitions*

Dentro do corpo literário sobre dissuasão também são feitas distinções sobre a modalidade de dissuasão, mais especificamente entre a dissuasão nuclear e convencional. De acordo com Saint-Pierre (2010), a dissuasão nuclear se baseia no princípio de *Mutual Assured Destruction*, ou Destruição Mútua Assegurada. Enquanto a dissuasão convencional é fundamentada na percepção inimiga que um ataque, frustrado por forças defensivas, geraria custos exorbitantes. Enquanto Freedman (2003) postula a dissuasão nuclear como historicamente associada ao método punitivo. Enquanto que Mearsheimer (1983), associa classicamente a dissuasão convencional à metodologia de negação.

Em uma revisão recente da literatura, Mazarr (2018) considera que a dissuasão pela punição e a dissuasão por negação são metodologias distintas. Dissuasão por negação procura deter uma ação potencial tornando-a o mais custosa possível, negando a possibilidade de um oponente de obter seus objetivos livremente. A capacidade de negar a obtenção de um objetivo é teoricamente associada à capacidade de se defender. Por outro lado, a dissuasão pela punição

foca em ameaça de retaliação severa que trariam um custo exorbitante para um oponente, ameaças as quais geralmente são acompanhadas de severas sanções econômicas ou guerra nuclear (MAZARR, 2018). O relacionamento entre modalidade e metodologia é sintetizado pelo quadro seguinte:

Quadro 1: Relação Metodologia/Modalidade da Dissuasão Convencional.

Postura Estratégica	Modalidade	Método	Sistemas/ Capacidades
Dissuasória	Nuclear	Punição	Tríade Nuclear
	Convencional	Negação	A2/AD

Fonte: Teixeira Júnior (2020).

Similar a dicotomia entre dissuasão geral e imediata, a dissuasão convencional e a dissuasão nuclear possuem um fim em comum que consiste em dissuadir um inimigo de tomar uma ação por meio de uma ameaça de força. Contudo, como demonstrado no quadro acima, se diferenciam tanto por sua metodologia estratégica, como por sua operacionalização. A partir de uma perspectiva teórica, a dissuasão convencional ainda é ancorada nos princípios teóricos da credibilidade, capacidade e racionalidade (MEARSHEIMER, 1983).

De acordo com Mearsheimer (1983), o debate teórico sobre dissuasão convencional delimita três modalidades ou três variantes da dissuasão convencional, baseados em variáveis distintas. O elemento comum que une esses modelos é a equação básica que; quando há uma vantagem ofensiva sobre defensiva, seja está tecnológica ou estratégica, haverá um conflito; resultando assim na falha da dissuasão. Essas abordagens teóricas são baseadas em: 1) nos tipos de armas possuídos por cada lado em um conflito, 2) na balança de força entre oponentes, 3) na estratégia militar escolhida (MEARSHEIMER, 1983).

A primeira abordagem teórica foca nos tipos de armas possuídas por oponentes em um conflito. Dentro dessa perspectiva, armas são caracterizadas por sua natureza ofensiva ou

defensiva. A partir dessa classificação é possível calcular uma balança das capacidades ofensivas e defensivas de cada ator. O sucesso da dissuasão é medido a partir da eficácia desses meios, quando há uma superioridade tecnológica ofensiva no campo de batalha o sucesso da dissuasão é diminuído. Essa balança de forças é exemplificada por Mearsheimer em *Conventional Deterrence* (1983), de acordo com o autor, o desenvolvimento do carro de combate na Primeira Guerra Mundial caracterizou uma evolução para tecnológica para armas ofensivas, dessa forma, a Segunda Guerra Mundial foi dominada pela *Blitzkrieg*, estratégia voltada por um paradigma ofensivo. Contudo, essa abordagem voltada para a classificação de meios é criticada pelo autor. Na sua perspectiva, é inconsistente classificar armas como ofensivas ou defensivas, visto que o caráter de uma arma depende de como esta é utilizada no campo de batalha (doutrina de emprego).

A segunda abordagem procura focar na quantidade de força entre dois atores. Qual a quantidade de regimentos, de veículos de peças de artilharia que um oponente possui. Nesse caso, a dissuasão falha quando há uma superioridade de forças na ofensiva. Entretanto, um problema levantado pelo autor é: existem situações em que ataques são feitos mesmo quando a ofensiva se encontra na desvantagem numérica, chamando a atenção para a ofensiva alemã ao território soviético na Operação Barbarossa em 1941 (MEARSHEIMER, 1983).

Em *Conventional Deterrence* (1983) Mearsheimer propõe uma terceira abordagem para a dissuasão convencional, uma que foca nas estratégias utilizadas no campo de batalha. Nessa perspectiva, o autor delimita três estratégias dominantes no campo de batalha no século XX, e caracteriza tanto suas vantagens como desvantagens para dissuasão. As estratégias propostas pelo autor são: estratégia de atrito, *blitzkrieg* e estratégia de objetivos limitados.

A estratégia de atrito, proeminente na primeira metade do século XX, é em sua forma mais pura envolve a derrota ou aniquilação das forças inimigas. Por sua natureza a estratégia de atrito é altamente custosa para o atacante, deixando aberta a possibilidade para a simetria de forças (MEARSHEIMER, 1983). Adicionalmente, mesmo quando implementadas com sucesso, a estratégia de atrito traz custos elevados.

A *blitzkrieg*, de forma oposta a estratégia de atrito, procura a vitória sem necessidade de batalhas longas e custosas. Em sua essência, a *blitzkrieg* tem a utilização da mobilidade e capacidade ofensiva dos carros de combate para a penetração estratégica do território inimigo, gerando a paralisação das forças defensivas e quebrando a moral do oponente. A estratégia é

uma de alto risco, pois, caso o ataque inicial seja repellido, a situação evolui para uma de atrito, algo visto na ofensiva alemã da União Soviética na Segunda Guerra (MEARSHEIMER, 1983).

Por sua vez, a estratégia de objetivos limitados se baseia primordialmente na captura e manutenção de partes de um território inimigo. Contrariamente às estratégias antes mencionadas, que tinham como objetivo a aniquilação das forças inimigas, a estratégia de objetivos limitados tem como o foco a utilização do elemento da surpresa estratégica para o asseguramento de um objetivo limitado, sendo esse muitas vezes a conquista e manutenção de um território (MEARSHEIMER, 1983).

Levando esses fatores descritos acima em questão, o que essas estratégias significam para a dissuasão? De acordo com Mearsheimer (1983), a prevalência ou vantagem de uma modalidade estratégica sob a outra pode levar a falha ou sucesso da dissuasão. Por exemplo, a utilização de uma estratégia de fins limitados supõe um grau menor de riscos e custos, contudo, seus resultados nem sempre são satisfatórios para administrações que tem como objetivo uma vitória decisiva contra um oponente. A *blitzkrieg*, se comporta como a estratégia mais atrativa pois garante uma vitória rápida, relativamente pouco custosa quando comparada com uma guerra de atrito e a aniquilação ou subjugação completa das forças inimigas, nessa visão Mearsheimer argumenta que a essa é a estratégia mais provável de resultar em uma falha na dissuasão. De forma contrária, caso um atacante em potencial acredite que uma vitória decisiva é possível somente por meio do atrito, é muito provável que haja um sucesso na dissuasão, devido aos custos relacionados a adoção de uma estratégia de atrito (MEARSHEIMER, 1983).

Partindo do âmbito teórico para a operacionalização dessas modalidades estratégicas, o desenvolvimento e proliferação de armamentos de alta tecnologia saturam o atual cenário de segurança internacional. Dentro desse contexto, Mearsheimer (1983) chama atenção para o desenvolvimento e utilização de *Precision-Guided Munitions*, e de que forma esses argumentos alteram o cálculo de força necessário para aplicação de uma estratégia dissuasória crível.

Precision-Guided Munitions (PGMs) em sua essência são munições inteligentes, lançadas por meio de aeronaves, submarinos, veículos terrestres ou infantaria, guiadas por algum sistema de guiamento (guiadas a laser, rádios ou satélites). Esses instrumentos, têm por fim maximizar os danos causados aos seus alvos e minimizar danos colaterais possíveis,

aumentando assim sua eficácia no campo da batalha quando comparado a munições não guiadas (HALLION, 1997).

Como dito anteriormente, fulcral para o desenvolvimento e utilização de munições guiadas está a noção da diminuição do poder de fogo necessário, ou seja, o custo, para a consecução de um objetivo militar. O desenvolvimento e utilização dessas armas está coligado com o desenvolvimento de sistemas tecnológicos avançados. Para a dissuasão convencional, a proliferação e produção em massa desse tipo de armamentos nos anos 90 e 2000 significa uma mudança na dinâmica estratégica por trás da dissuasão convencional. Mais especificamente, como postulado por Mearsheimer (1983) a proliferação de PGMs resultou em uma revolução nos armamentos que põe em risco a *blitzkrieg*.

Como anteriormente postulado, a *blitzkrieg* é a estratégia que mais põe em risco o sucesso da dissuasão. Adicionalmente, a existência e proliferação de PGMs constituem uma ameaça ao carro de combate, a ferramenta mais importante na operacionalização de um *blitzkrieg* de sucesso. Em seu cerne as PGMs, permitem uma vantagem maior para a defesa, consequentemente a dissuasão convencional, pois, munições guiadas aumentam o número de armas capazes de causar dano significativo a veículos blindados, ao mesmo tempo que reduz o tamanho da força de defesa proporcional necessária para a manutenção de uma posição. Adicionalmente, o desenvolvimento de PGMs mais eficazes, confere à infantaria a habilidade de efetivamente “matar” veículos blindados e carros de combate, concedendo a capacidade da infantaria agir independentemente de outros meios anti-veículos (artilharia, carros de combate ou suporte aéreo) (MEARSHEIMER, 1983).

Outro pilar, sob o qual a estratégia de *blitzkrieg* e, mais contemporaneamente, a estratégia armas combinadas estão fundadas é a utilização do suporte aéreo como elemento central para o avanço e segurança dos veículos blindados, da infantaria e de carros de combate. A proliferação de PGMs também inclui sistemas de defesa antiaérea ou SAMs (*surface-to-air missiles*), os quais têm vantagem sob apoio aéreo aproximado (MEARSHEIMER, 1983).

Mearsheimer (1983), argumenta que o desenvolvimento de PGMs como um sistema de armas defensivas significa que forças ofensivas são obrigadas a aumentar sua massa a fim de realizar um ataque bem-sucedido. Da forma que, a precisão e letalidade de PGMs aumentam a dependência da artilharia e sua coordenação com infantaria, apoio aéreo aproximado e carros

blindados. Todas essas são implementos tecnológicos, doutrinários e organizacionais que diminuem a eficácia da *blitzkrieg*, e subsequentemente de uma vitória rápida e decisiva.

Outro argumento postulado por Mearsheimer (1983), é que devido a vantagem inerente a defesa que a utilização de PGMs traz, é possível o seu uso extensivo em uma estratégia de objetivos limitados. Devido a sua natureza, uma estratégia de objetivos limitados procura forçar uma situação defensiva sob um possível oponente por meio da aquisição territorial rápida, utilizando o elemento da surpresa estratégica. Nessa perspectiva, o uso de PGMs em uma estratégia de fins limitados torna as vantagens defensivas desses sistemas contra o próprio defensor.

De forma geral, o desenvolvimento de armamentos tecnológicos mais complexos alterou a balança de forças, na forma que, uma estratégia antes desejada pelo atacante a *blitzkrieg* se tornou mais custosa e ineficaz, limitando assim a possibilidade de um atacante de eliminar completamente as forças inimigas. Para a dissuasão convencional, como conceito teórico, as PGMs atuam como elemento importante do cálculo de força, pois possibilita a redução de custos (possibilidade maior da infantaria ou artilharia de eliminar blindados e aeronaves inimigas) para o defensor e aumenta os custos relativos para um possível atacante, fortalecendo assim o efeito dissuasório convencional.

Tendo os fatores teóricos analisados nesse capítulo como base, algumas conclusões sobre a teoria da dissuasão, a dissuasão convencional, a utilização de PGMs podem ser tiradas em relação ao caso analisado. Levando como base os ensinamentos teóricos de Morgan (2003), Kaufmann (1954), Mearsheimer (1983) e Schelling (1966), os elementos centrais para a construção de uma postura estratégica baseada na dissuasão convencional deve ser amparada primordialmente em princípios que demonstram: as capacidades destrutivas de uma nação, sua credibilidade em utilizar essas capacidades caso seja atacado, e a comunicação clara de uma ameaça - demonstrando aquilo que pode ser feito para impedir que a ameaça se torne realidade.

Ainda mais, a estratégia de objetivos limitados, mencionada por Mearsheimer (1983), é de extrema importância para o caso analisado. Visto que, a Crise do Ladaque, e por extensão as outras crises ao longo da LAC, podem ser caracterizadas como conflitos de fins limitados, que tem como objetivo principal a obtenção rápida de terra. Cita-se também, a importância teórica e operacional das PGMs, visto que como ferramentas bélicas centrais para doutrina dissuasória indiana, elas demonstram as capacidades destrutivas do exército indiano.

3.CONTEXTO GEOPOLÍTICO

Para a compreensão e entendimento sobre a Crise do Ladaque (2020 a 2021) é extremamente importante o entendimento sobre as bases histórico-geopolíticas que dão base ao conflito atual. Dentro desse contexto, é fulcral para a Crise do Ladaque o entendimento das relações sino-indianas pós-Guerra Sino-Indiana de 1962 e a delimitação da *Line of Actual Control*, ambos eventos que reverberam no tabuleiro geopolítico atual.

3.1 - A Guerra Sino-Indiana e *Line of Actual Control*

O território fronteiriço entre a Índia e a China pode ser dividido em três setores distintos ao longo de sua extensão. Primeiramente e mais importantemente é a região de ao Oeste da fronteira sino-indiana, na qual são localizadas as regiões de Aksai Chin e Ladaque. Ao leste da fronteira entre as potências está o estado Arunachal Pradesh, parte do território indiano. Em sua região de contenção, o oeste da fronteira entre os países é contestado. Entre essas duas regiões, são situados os estados de Himachal Pradesh e Uttar Pradesh. A região de Aksai Chin, delimitada pela cordilheira Caracórum e pela *Line of Actual Control*, teve sua integridade territorial questionada pelo governo indiano, o qual considera região como parte da administração regional da Caxemira. De forma oposta, o governo chinês disputa a integridade territorial indiana ao leste, ao longo da Linha McMahon. O terreno em si, é de natureza montanhosa e de difícil acesso (HAMEEDY, 2013).

Figura 2: Demarcação das Disputas Territoriais Sino-Indianas



Fonte: Hameedy, 2013

As causas da Guerra Sino-Indiana de 1962 estão diretamente ligadas a essas disputas territoriais. Em seu cerne, após uma construção de laços amistosos na década de 1950, a política fronteira sino-indiana se tornou um impasse com construção de obras de infraestrutura na região contestada de Aksai Chin, conectando as regiões do Tibete e de Xinjiang (HAMEEDY, 2013), algo que possui similaridade aos eventos geopolíticos que levaram ao estopim da Crise do Ladaque de 2020-2021. Outros fatores políticos também influenciaram na elevação de tensões entre países, nesse caso o governo indiano deu asilo político aos inimigos da China (Dalai Lama) e tomou uma posição de política externa agressiva. Tendo como uma ação expansionista as incursões chinesas na região de Aksai Chin, o governo indiano passou a tomar uma postura ativa na política externa denominada de “*Forward Policy*”, postura a qual era operacionalizada com a presença de tropas indianas na região contestada. (HAMEEDY, 2013).

O resultado da guerra, fruto das disputas territoriais e da política externa agressiva indiana foi a vitória chinesa em 1962. Militarmente, o objetivo chinês era eliminar as posições militares indianas na LAC, neutralizando as possíveis ameaças à soberania territorial chinesa na região ocidental. Politicamente, a guerra tinha como objetivo demonstrar a força e integridade territorial chinesa, exercendo assim de forma assertiva a noção que a China tinha

capacidade como ator político de lidar com seus adversários (HAMEEDY, 2013). Nesse contexto, se faz necessário entender melhor qual a principal área de tensão entre a Índia e a China: a LAC.

A *Line of Actual Control*, ou LAC, é uma linha de demarcação territorial que separa o território de controle chinês do território de controle indiano. Diferentemente da *Line of Control*, que separa o território indiano do território paquistanês, a LAC não é uma linha fronteira oficialmente acordada pelos dois países, de fato a LAC pode ser vista como uma “linha imaginária”. De acordo com autoridades chinesas a LAC tem um comprimento de cerca de 2000 quilômetros, enquanto autoridades indianas estipulam a linha como tendo um comprimento de cerca de 3000 quilômetros. Essa demarcação é dividida em três setores (Figura 1), o setor ocidental e epicentro da Crise do Ladaque, o setor oriental de Sikkim e Arunachal Pradesh, e o setor situado no meio de Himachal Pradesh (SINGH, 2020; KRISHNAN, 2020).

Figura 3: Setor Ocidental da LAC

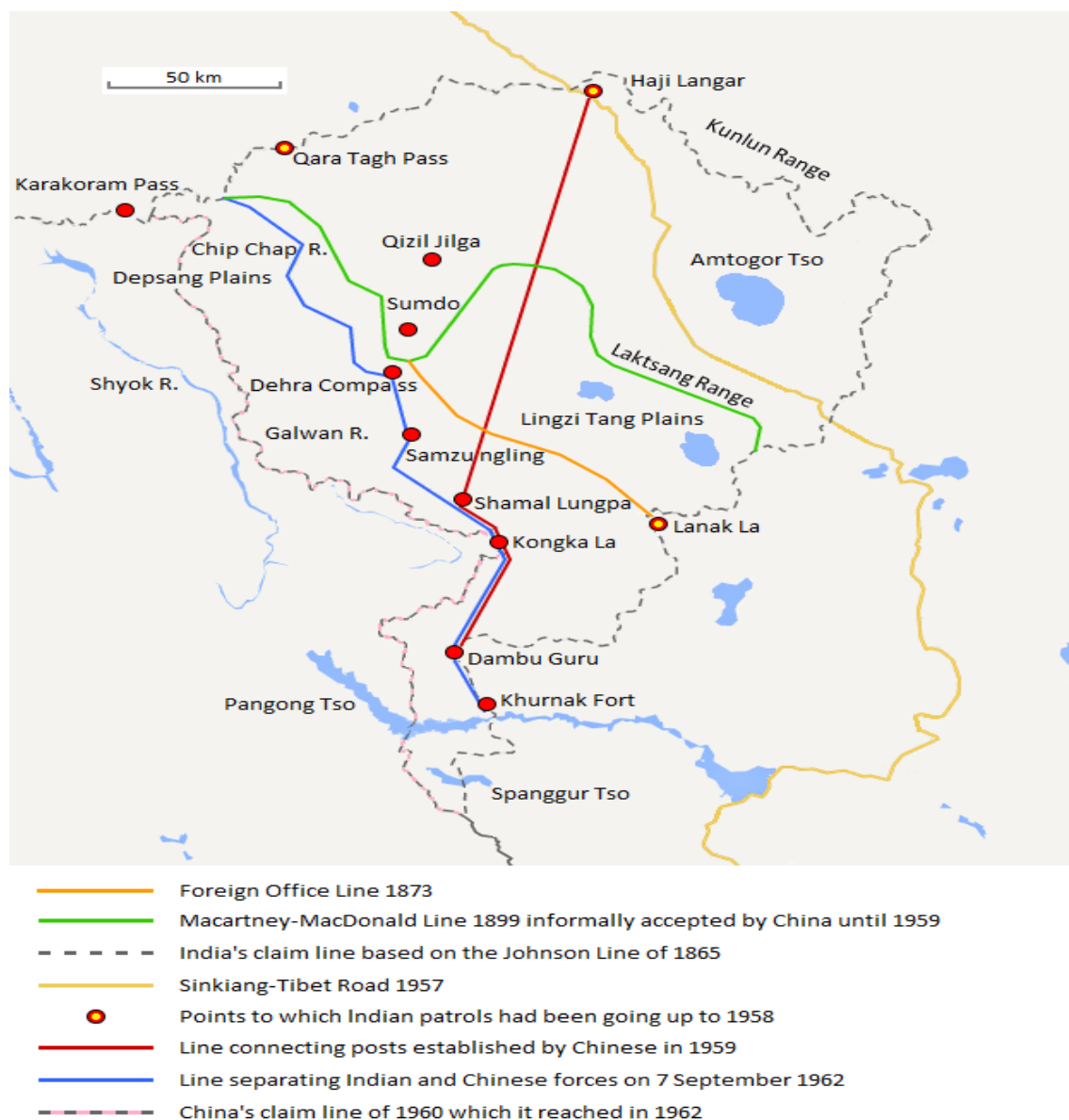


Fonte: Central Intelligence Agency, 2004.

Historicamente, o termo *Line of Actual Control* foi utilizado diversas vezes nas disputas territoriais sino-indianas, tendo adquirido significados diferentes ao longo dos anos. Em sua gênese, a LAC foi primeiramente utilizada como um termo em 1959 em uma carta do primeiro-ministro chinês Zhou Enlai direcionada ao então primeiro-ministro indiano Jawaharlal Nehru. Nesse contexto, a LAC corria da Linha McMahon no oriente ao território “controlado” pelos países ao oeste. Em 1962, com a Guerra Sino-Indiana, a LAC é novamente mencionada, contudo, com um novo desenho territorial em mente, havendo as tropas chinesas se movimentando ao longo da fronteira devido ao conflito. Adicionalmente, a LAC, é mencionada

novamente no BPTA (*Border Peace and Tranquility Agreement*), sendo o primeiro tratado legal a reconhecer a LAC, contudo, o tratado não se referia às "LACs" preestabelecidas em 1959 nem em 1962. De fato, o BPTA e os subsequentes tratados (*Agreement on Military Confidence Building Measures* em 1996) teriam como objetivo clarificar oficialmente quais são as demarcações exatas da *Line of Actual Control*, entretanto, ambos países falharam em criar um consenso sobre as dimensões da LAC (SINGH, 2020; KRISHNAN, 2020).

Figura 4: Alterações da LAC de 1959 para 1962



Fonte: The Discoverer/Wikimedia, 2013

3.2 - Relações Sino-Indianas pós-guerra: Diplomacia, *Confidence Building Measures* e outros Confitos

Outro fator para ser levado em conta, são as relações entre os dois países antes da crise de 2020, sejam essas de natureza diplomática ou militar. As relações bilaterais entre as duas potências asiáticas depois de 1962 continuaram uma de hostilidade e distanciamento, especialmente devido aos testes nucleares realizados por ambos países e subsequente posseção de armas nucleares. Contudo, há uma reaproximação dos canais diplomáticos a partir dos anos de 1980, com a realização de visitas diplomáticas oficiais a China, e por meio da criação de tratados e acordos diplomáticos, CBMs (*Confidence Building Measures*), direcionados para criação de medidas pacíficas e eficazes às questões fronteiriças (HAMEEDY, 2013; DEEPAK, 2020).

Historicamente o primeiro CBM oficial acordado pelos países foram os *Cinco Princípios da Coexistência Pacífica*, formalmente assinado em 1954. O acordo tinha como objetivo criar confiança e irmandade entre os dois países. Adicionalmente, o CBM tinha também como objetivo ajudar na regulamentação das trocas comerciais na região do Tibete, a fronteira mais significativa sino-indiana. Concomitantemente, os princípios da coexistência pacífica eram simbólicos para um relacionamento de cooperação entre países, cooperação a qual poderia de certa forma escapar do ordenamento político bipolar presente na Guerra Fria. Contudo, o asilo do Dalai Lama na Índia, a política externa "*forward policy*" agressiva e, mais importante, a relevância da integridade territorial chinesa levaram ao conflito de 1962, depois do qual as relações sino-indianas foram congeladas (DEEPAK, 2020).

Por meio do JWG³ (*Joint Working Group*) em 1988 há uma reaproximação diplomática entre as duas potências asiáticas, podendo o JWG ser considerado como um CBM. Com o diálogo estabelecido a partir do JWG, os seguintes anos foram marcados pela criação e assinatura de novos CBMs. Em 1993, o BPTA ou *Border Peace and Tranquility Agreement* (também oficialmente denominado de *Agreement on the Maintenance of Peace and Tranquility along the Line of Actual Control in the India–China Border Areas*), seguido em 1996 pelo ACBMMF, ou *Agreement on Confidence Building Measures in the Military Field Along the Line of Actual Control*. Adicionalmente, em 2005 também foi assinado o PPPG, ou *Protocol on the Political Parameters and Guiding Principles* (DEEPAK, 2020).

³ O *Joint Working Group* ou JWG, foi um acordo bilateral sino-indiano oficialmente acordado entre as duas potências em 1988. O acordo é um marco diplomático, pois, é um dos primeiros esforços diplomáticos voltados para a resolução de disputas territoriais (DEEPAK, 2020).

Os artifícios diplomáticos foram resultados de anos de reaproximação diplomática sino-indiana e uma lição do conflito de 1962. Como objetivo, os CBMs tinham em seu cerne a noção de resolução pacífica de conflitos ao longo da fronteira, e a criação de mecanismos que tornem esse tipo de solução possível. Adicionalmente, é interessante que os CBMs mencionam pela primeira vez o conceito da LAC, o qual como antes mencionado continuou sendo um elemento de contenção diplomática-estratégica. Os CMBs de 1993, 1996, 2005 enfatizaram que as disputas territoriais seriam resolvidas por meio da consulta e diplomacia pacífica. Para esse fim, ambos países manteriam uma presença militar mínima nas regiões fronteiriças. Concomitantemente, em relação à artigos militares, o CBM de 1996 desenvolve a ideia da limitação de forças, sejam essas forças de defesa, paramilitares ou parte do exército. O acordo também estipula a retirada de armas ofensivas, como carros de combate, veículos blindados, artilharia de alto calibre e PGMs (*Precision-Guided Munitions*). Mais importantemente, os acordos assinados impedem a abertura de fogo dentro de dois quilômetros da LAC, considerando que caso haja algum engajamento esse seja de-escalado (DEEPAK, 2020).

Mesmo com a reativação das relações diplomáticas sino-indianas e o desenvolvimento de mecanismos diplomáticos para resolução pacífica de conflitos, houveram ao longo dos anos diversos impasses nas regiões fronteiriças entre os dois países. Em 2013 na região do *Depsang Bulge*, cerca de 40 tropas do Exército de Libertação Popular (PLA) chinês transgrediram e passaram a acampar dentro de território indiano, tropas indianas também passaram a criar acampamentos perto das tropas chinesas e o impasse durou cerca de três semanas. Em 2014, um ocorrido similar, no setor de Chumar (dentro da região do Ladaque), tropas indianas interceptaram a construção de uma estrada chinesa que estava sendo construída dentro de território indiano.

Um fator recorrente, e bem documentado, é a construção agressiva de obras de infraestrutura por parte do governo chinês, que desde da anexação do Tibete passou a construir uma série de estradas, rodovias e linhas de trem nas regiões remotas dos Himalaias. Por último, em 2017 houve novamente um impasse entre tropas, mas dessa vez na região de Doklam, a qual faz parte do Butão. Novamente, tropas chinesas estavam realizando obras de infraestrutura além de sua fronteira projetada, como resposta tropas indianas foram alertadas e impediram mais construções. Visto que a crise não ocorreu em território indiano, as tropas indianas intervieram devido à relação próxima entre as autoridades de defesa butanês-indianas. Como

resultado, a construção da estrada foi cancelada e ambas as tropas chinesas e indianas recuaram da região fronteiriça (DEEPAK, 2020).

3.3 - Crise do Ladaque (2020 a 2021)

O impasse mais recente na longa história de disputas fronteiriças indo-chinesas se iniciou em 5 de maio de 2020 no setor ocidental da LAC, na região do Ladaque. A crise se iniciou com incursões de tropas chinesas e indianas ao longo do lago Pangong Tso e do Vale Galwan. A crise foi escalada em junho no vale de Galwan, com o embate entre tropas chinesas e indianas. Usando apenas armas brancas, o embate levou à morte de cerca de 20 soldados indianos, e um número não confirmado de baixas chinesas. Ambos os lados estavam no processo de construção de infraestrutura de logística e transporte na região montanhosa, adicionalmente, havia fortificações defensivas construídas que incluíam implementos militares. Em agosto de 2020 tropas indianas realizaram a ocupação tática de parte do setor de Chusul. Adicionalmente, houve também a realização de ciberataques à infraestrutura civil indiana por parte do governo chinês (TARAPORE 2021; CLARY, NARANG, 2020).

Figura 5: Embates e seus Posicionamentos Relativos a LAC (Vale Galwan e Pangong Tso)



Fonte: Lowy Institute, 2021

Em sua gênese a crise foi um dos eventos mais sangrentos da história recente da LAC, levando até baixas para ambos os lados. A partir de setembro de 2020 esforços diplomáticos foram feitos para iniciar a resolução pacífica do conflito e de-escalamento da crise. Concomitantemente, em fevereiro de 2021 acordos já foram feitos para o recuo de tropas chinesas e indianas (US NEWS, 2021). O mapa acima demonstra as regiões de embate mencionadas e seu posicionamento relativo a LAC, incluindo o Vale Galwan e o lago Pangong Tso.

De fato, os impasses recentes na região do Ladaque demonstraram realidades estratégicas importantes para o futuro da Índia. Primeiramente, os embates no Vale Galwan demonstraram a inflexibilidade chinesa em lidar com seus territórios reivindicados, mesmo que esses sejam unificados com base da força bruta. Em segundo lugar, as crises ao longo da LAC, tendo em mente aqui as crises mais recentes, contribuíram para a desestruturação de anos de acordos e *confidence building measures*, comprometidos em parte devido a tentativas de militarização e expansão nas regiões contestadas (DEEPAK, 2020). Em terceiro lugar, as recentes crises irão resultar em um alto nível de militarização da LAC. As relações sino-indianas, constrangidas ao máximo, criaram um ambiente de alta desconfiança entre as administrações. Devido a ameaça representadas pelas incursões chinesas na *Line of Actual Control*, demonstradas pela Crise do Ladaque, é possível que o governo indiano mantenha uma presença militar intensificada indefinidamente. No nível operacional, a intensificação de presença militar vai além do aumento de divisões de infantaria, ela envolve também a construção da infraestrutura logística necessária para abarcar carros de combate, veículos blindados, mísseis superfície-ar e aeronaves de combate. É importante também chamar atenção ao fato que essa militarização da LAC é realizada por ambos os lados. A China, por exemplo, vem construindo projetos de infraestrutura civil-militares desde a crise em Doklam em 2017. Simultaneamente, a LAC pode passar a ter mais similitude a zona militarizada da *Line of Control* (LoC) entre Índia e Paquistão (TARAPORE, 2021).

Levando em questão os fatores mencionados acima, primordialmente a degradação de anos de *confidence building measures* e a remilitarização da LAC, é importante contextualizar esses elementos dentro de um cenário de dissuasão. A dissuasão, como anteriormente mencionado no capítulo anterior, tem como objetivo principal impedir conflitos ou coagir um ator a realizar uma ação indesejada com base em uma ameaça crível. No contexto indiano, a adoção de uma postura dissuasória pode ser crucial para: a) lidar com a inevitável militarização na LAC por meio de uma postura dissuasória baseada na negação, b) impedir futuros conflitos na LAC, c) re-contextualizar o relacionamento sino-indiano, o qual se encontra em uma postura de rivalidade estratégica.

4.DISSUAÇÃO E ÍNDIA

4.1 Postura Estratégica Indiana

A Crise do Ladaque sedimentou um cenário estratégico de rivalidade sino-indiana. Ao longo dos últimos anos, os impasses fronteiriços degradam lentamente a confiança entre as potências asiáticas. A mais recente crise, desmantelou duas décadas de *confidence building measures* e sinaliza a militarização da LAC (TARAPORE 2021). De forma mais relevante, a crise em tela sinaliza para a renovada relevância da dissuasão, nuclear e convencional, da Índia em relação a China.

A rivalidade sino-indiana é historicamente postulada em dois espaços, uma rivalidade *posicional* como grande potência asiática e uma rivalidade *espacial* devido ao território fronteiriço disputado nos Himalaias (PARDESI, 2017). Nesse cenário de contestação territorial, a região dos Himalaias vem sendo alvo constante de projetos de infraestrutura civil-militar, a China por exemplo, vêm aprimorando a infraestrutura da região desde 1980, havendo realizado a construção de linhas de trem de alta velocidade, uma extensa rede de estradas e presença de aeroportos em alta atitude no Tibete. A Índia, também vêm aprimorando suas redes de estradas e construindo aeroportos em seus territórios fronteiriços desde 2005. Adicionalmente, na administração de Manmohan Singh a região fronteiriça indiana montanhosa foi fortificada por três divisões, duas voltadas para a defesa do território indiana e uma voltada para possíveis operações ofensivas contra a China (a divisões chegam a um total de 90000 mil tropas) (PARDESI, 2021).

Outro fator importante nesse cenário de rivalidade renovada é a questão da modernização militar. Ambos os países possuem os maiores orçamentos militares do continente asiáticos, contudo, há uma clara disparidade entre atores. Por um lado, a Índia tem um orçamento militar de cerca de 66 bilhões de dólares, enquanto a China possui um orçamento militar de 242 bilhões de dólares. Adicionalmente, a China possui também uma vantagem na sua quantidade de mão de obra disponível. Os chineses possuem um montante de 2.035.000 milhões de militares ativos, enquanto a Índia um total de 1.463.000 milhões. Esses dados levam em conta, outros ramos das forças militares sino-indianas (IISS, 2023). Dessa forma, a Índia está exposta como vulnerável, tanto quantitativamente como qualitativamente. Nesse contexto de assimetria, a Índia passa, cada vez mais, de uma postura estratégica defensiva convencional

para uma postura dissuasória dual, tanto convencional como nuclear (PARDESI 2017; PARDESI 2021).

Tabela 1 - Equilíbrio das forças terrestres em termos de pessoal e principais plataformas terrestres, Índia e China

País	Exército	Carros de Combate	Veículo de Combate de Infantaria	Artilharia
China	965.000	4.800	7.700	9.550+
Índia	1.237.000	3.740	3.100	9.743+

Fonte: Adaptado de “*The Military Balance 2023*”. Tradução do Autor.

Levando em conta um cenário de rivalidade assimétrica e a recente Crise do Ladaque, a direção de defesa indiana é alterada de uma postura puramente defensiva, baseada em meios convencionais, para uma postura de dissuasão convencional, voltada para dissuasão pela negação. Como anteriormente discutido, a dissuasão por negação tem em seu cerne negar a obtenção dos objetivos adversários por meio da imposição de custos exorbitantes a suas forças, alterando assim a cálculo custo-benefício de um oponente e o dissuadindo de tomar uma ação indesejada (MAZARR, 2018). Com essa perspectiva em mente, devido às condições de assimetria entre forças, as autoridades indianas adotaram uma postura estratégica baseada na dissuasão convencional por negação. Antigamente, quando havia ainda uma aparência de simetria entre as forças sino-indianas, a doutrina indiana, caso ocorresse um conflito com a China, era baseada em uma guerra defensiva. Essa doutrina, propositalmente deixaria as regiões fronteiriças nos himalaia pouco desenvolvidas em sua infraestrutura, como uma contingência caso uma ofensiva chinesa ocorresse e este território fosse capturado. A lógica seria de que essas regiões teriam pouco valor estratégico devido a sua carência logística (PARDESI, 2021).

Com uma postura de dissuasão por negação a Índia tem por objetivo no campo de batalha contingenciar as forças chinesas de duas formas, tendo o objetivo principal de negar a perda de território para forças chinesas. A primeira ação envolve a penetração das linhas de frente chinês, a fim de interceptar linhas suprimentos (algo extremamente importante devido à localização remota dos conflitos fronteiriços) e impedir a anexação de território indiano por

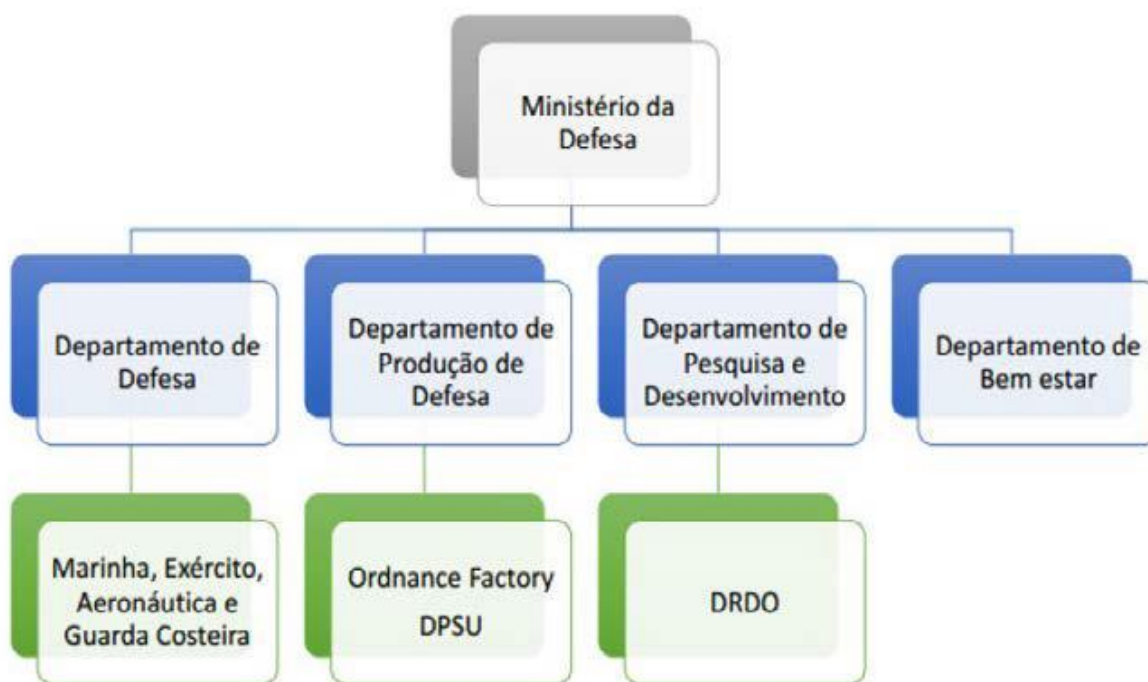
forças chinesas. A segunda ação é a identificação e anexação de fragmentos de território chinês estrategicamente importantes (PARDESI, 2021).

Interessantemente, a postura adotada tanto pela Índia, quanto pela China em conflitos territoriais fronteiriços podem ser analisadas com a *estratégia de objetivos limitados* postulada por Mearsheimer (1983). Como discutido no capítulo II, a estratégia de objetivo limitado tem como ideia central a obtenção rápida de pequenos pedaços de território. Por um lado, essa estratégia de objetivos limitados pode ser aplicada como um todo no teatro da LAC, visto que para as forças chinesas os territórios fronteiriços do Himalia são de pequena prioridade e demonstram um pequeno custo estratégico quando comparado a por exemplo o teatro do Mar do Sul da China (TARAPORE, 2021). No cenário geopolítico a estratégia de fins limitados para China pode ser comparada com sua estratégia de “*salami slicing*”, baseada no empilhamento de ações militares, diplomáticas e econômicas que se complementam para obtenção de resultados estratégicos (MISHRA, 2017). Na perspectiva indiana, a doutrina citada por Pardesi (2021), também pode ser vista como uma operacionalização de uma estratégia de objetivos limitados. Ainda mais, quando é mencionada a ocupação rápida e súbita de pequenos enclaves chineses na região fronteiriça, a fim de obter um resultado político-estratégico favorável (PARDESI, 2021).

4.2 O Exército Indiano

Extremamente importante para a dissuasão convencional em seus territórios fronteiriços são as forças terrestres indianas, mais especificamente o exército indiano. Dentro do desenho institucional do Ministério da Defesa (MD), o exército indiano está sob a jurisdição do Departamento de Defesa (DOD)(FREIRE JÚNIOR, 2020). De forma geral, o Ministério da Defesa é encarregado de criar e direcionar as políticas de defesa do país (MINISTRY OF DEFENSE, 2023), enquanto o Departamento de Defesa é guiado pelas políticas de defesa desenvolvidas pelo MD e a delegação delas entre suas instituições, o exército incluso (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2023).

Figura 6 - Organograma do Ministério da Defesa Indiano



Fonte: FREIRE JÚNIOR (2020).

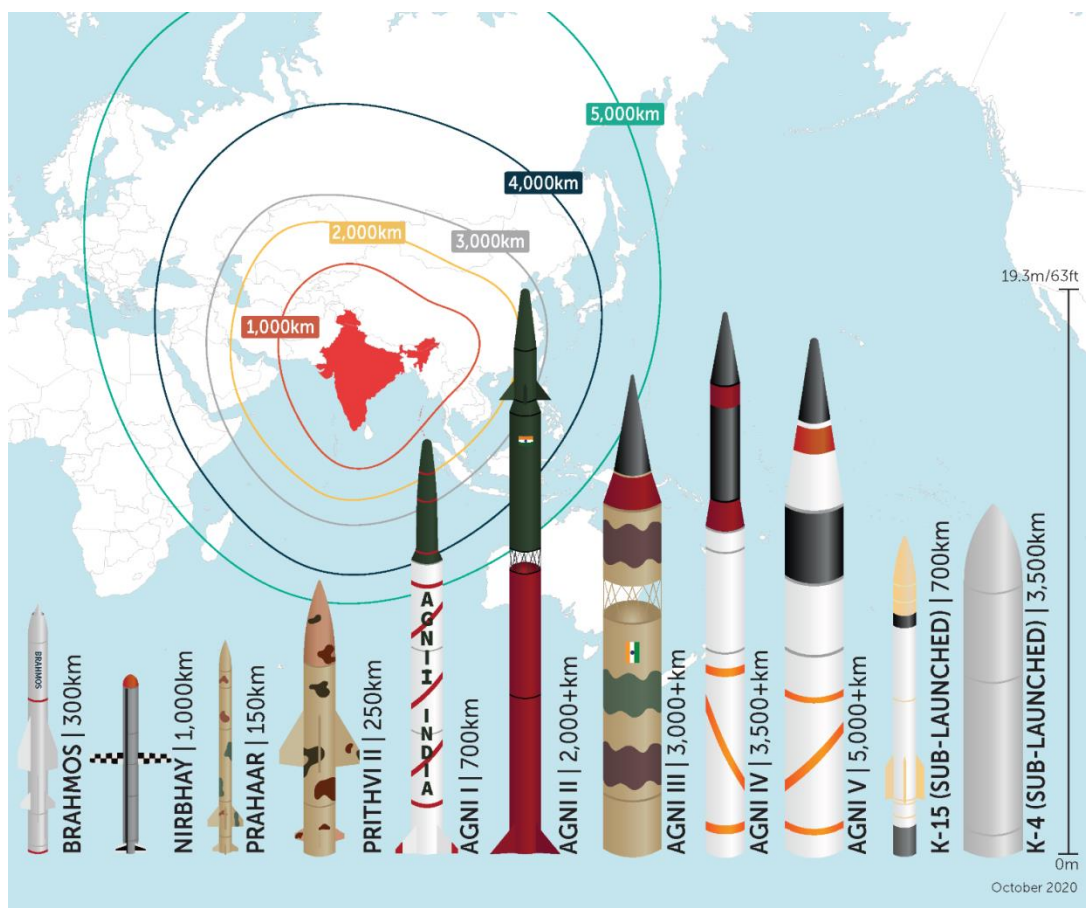
Entendendo o desenho institucional, no qual o exército indiano está inserido, é de extrema importância para o trabalho entender uma questão basilar, qual o papel do exército? Primordialmente, o papel do exército indiano é preservar os interesses nacionais da Índia, sua soberania e sua integridade territorial, tendo em consideração, a solução pacífica de conflitos como uma ferramenta principal (LAND WARFARE DOCTRINE, 2018). Adicionalmente, o exército indiano tem como função preservar os ideais constitucionais indianos, e caso seja necessário, prover assistência a outras agências governamentais na gerência de ameaças internas (INDIAN ARMY DOCTRINE, 2004).

Concomitantemente, o exército indiano também tem um papel extremamente importante para a dissuasão. Dentro do *Land Warfare Doctrine* (2018) e do *Indian Army Doctrine* (2004), em ambos esses documentos é reforçada a tarefa do exército como uma das principais forças dissuasória da Índia. Mais especificamente, o exército tem como uma de suas maiores tarefas a dissuasão de possíveis ameaças por meio da manutenção de capacidades de

combate fortes e bem estruturadas (INDIAN ARMY DOCTRINE, 2004) e o desenvolvimento da dissuasão por meio de posicionamento estratégico e aprimoramento de infraestrutura (LAND WARFARE DOCTRINE, 2018). De forma expressiva nos supracitados documentos, o exército indiano é postulado como tendo qualidades para a construção de uma ameaça dissuasória crível, capacidades e credibilidade. A credibilidade é mencionada como uma das tarefas principais do exército indiano em *Indian Army Doctrine* (2004), citando que a instituição deve estar preparada para engajar e conduzir todos tipos de operações militares.

Outro fator extremamente importante para a construção de uma ameaça dissuasória crível postulado como uma das funções do exército indiano é a manutenção e desenvolvimento de capacidades, operacionalizadas por meio de armamentos e tropas. Como anteriormente analisado, o exército indiano possui cerca de 1.237.000 de soldados e uma multitude de divisões de blindados, mas mais importante o exército indiano possui acesso mísseis de cruzeiro e mísseis balísticos de curto e médio alcance (MILITARY BALANCE 2023).

Figura 7: Mísseis de Cruzeiro e Balísticos Indianos



Fonte: CSIS, *Missile Threat* (2018)

Mais especificamente o exército indiano é composto por brigadas que possuem na sua composição acesso a mísseis superfície-superfície. De acordo com *Military Balance* (2023), o exército indiano tem em sua força missilística sete brigadas equipadas com esses armamentos. Uma brigada com o míssil balístico de alcance intermediário *Agni II/III*, uma brigada com o míssil balístico de curto alcance *Agni I*, duas brigadas com o míssil balístico de curto alcance *Prithvi II*, e três regimentos com GLCM (*ground launched cruise missile*) *PJ-10 Brahmos*. Sendo todos esses vetores capazes tanto de utilizar uma carga nuclear quanto explosivos convencionais (MILITARY BALANCE 2023).

O *PJ-10 Brahmos* em específico é um dos armamentos mais importantes no arsenal das forças armadas indianas em seu montante. Ele representa a cooperação indo-russa na área de desenvolvimento de tecnologia militar, e se tornou um símbolo para modernização militar indiana. O *Brahmos*, como míssil supersônico tem a capacidade de atingir velocidades próximas a Mach 2.8 ou 3.400km/h, além de possuir uma alta carga explosiva relativa a sua velocidade. Seu poder destrutivo em conjunto com sua velocidade o transforma em uma arma de alta versatilidade no campo de batalha. Primordialmente, o *Brahmos* tem como objetivo principal operacionalizar a dissuasão por meio de negação, tanto no mar quanto em terra (por meio de lançadores móveis autônomos)(FREIRE JÚNIOR, 2020). Com esses fatores em mente, o *Brahmos*, que pode ser caracterizado como um PGM, representa para o exército indiano a possibilidade de operacionalização dos esforços dissuasórios, um PGM supersônico demonstra de forma absoluta as capacidades das forças armadas indianas de negar a obtenção de qualquer objetivo por parte de um oponente em uma situação de conflito.

4.3 As Consequências da Crise do Ladaque para o Exército Indiano e a Dissuasão

Dentro desse capítulo foram demonstrados dois fatores importantes para o entendimento da dissuasão convencional para a Índia. Primeiramente, foi analisado o novo cenário estratégico de rivalidade sino-indiana e a respectiva transição para uma direção estratégica baseada na dissuasão por negação, devido em parte as assimetrias de forças presentes entre os dois países. Em segundo lugar, foram demonstradas qual é o papel das forças terrestres indianas e de que formas suas capacidades podem contribuir para a construção de uma ameaça dissuasória crível. Com esses fatores em mente, é de extrema importância analisar também quais são as possíveis consequências que a Crise do Ladaque teve tanto para as forças terrestres indianas quanto para a dissuasão na LAC.

Como citado anteriormente neste capítulo há uma mudança da direção estratégica do pensamento indiano de uma perspectiva defensiva convencional, para uma de dissuasão por negação, a qual demonstraria mais sucesso em dissuadir possíveis oponentes como a China (PARDESI 2021). A noção que as forças terrestres indianas adotaram uma doutrina estratégica puramente baseada na dissuasão por negação é desafiada.

Em Tarapore (2020), é discutido que a doutrina das forças terrestres indianas ainda é são baseada na dissuasão por punição, alavancada principalmente pelo conceito de que a penetração do território inimigo e a captura de pontos estratégicos seria o suficiente para dissuadir um oponente, ou no caso de um impasse, serviria como uma forma de coerção diplomática. Essa noção de dissuasão por punição *versus* a dissuasão por negação, que estava teoricamente sendo adotada pela Índia, ainda é citada em Hooda (2020), o qual a caracteriza como uma postura dissuasória por negação que sugere a punição como ameaça adicional.

Outro fator importante nessa discussão, é o fato que a suposta postura estratégica dissuasória baseada em negação postulada por Pardesi (2017; 2021), falhou em dissuadir com sucesso as forças chinesas, e a estratégia baseada na captura de pontos estratégicos não foi efetuada com sucesso na Crise do Ladaque (TARAPORE 2021). Em contraste, Tarapore (2020), reitera a Crise em Doklam (2017) como um exercício em dissuasão por negação, na qual a atuação preventiva de tropas indianas na região fronteira impediu a realização do objetivo chinês, antes que esse pudesse ser concluído com sucesso (construção de uma estrada), realizando assim a dissuasão por meio da negação. Fundamentalmente, essas posições estratégicas demonstram uma possível doutrina diferente para as forças do exército indiano, caso a administração Modi mude de uma postura dissuasória por negação com elementos de punição, para uma posição dissuasória puramente baseada na negação. Na perspectiva de Tarapore (2020;2021), a utilização de uma doutrina puramente baseada na dissuasão por negação representa o futuro para uma estratégia sustentável na LAC.

Ainda dentro do contexto da LAC, é extremamente importante considerar que os eventos da Crise do Ladaque não ocorreram em um vácuo. A China, e a Índia por extensão, são envolvidas em um cenário geopolítico dissuasório muito mais amplo, tendo em mente principalmente a expansão marítima chinesa e suas preocupações com o controle do Mar do Sul da China. Como pressuposto, por Hooda, em *The Future of Deterrence Along the LAC* (2020), a Crise do Ladaque, quando posta em comparação no controle marítimo chinês não se demonstra uma grande prioridade para a China. Adicionalmente, do ponto de vista operacional,

os custos materiais sofridos no Ladaque foram de pequena escala para a administração chinesa (TARAPORE 2021). Esse contexto demonstra uma possível oportunidade para a Índia, visto que, o conflito na LAC não é uma prioridade para o governo chinês. Dessa forma, a adoção de uma postura estratégica baseada na negação poderia de fato diminuir os custos necessários para manutenção de uma operação fronteira de larga escala em território inóspito.

A Crise do Ladaque como evento geopolítico pode ser visto a partir de um prisma de oportunidades. Primordialmente, a crise demonstrou vulnerabilidades no posicionamento estratégico das forças terrestres indianas. Em um futuro próximo, o processo de modernização em conjunto com uma reestruturação doutrinária baseada puramente na dissuasão por negação complementado por um maior grau de integração das forças armadas pode ser postulado como uma solução não somente para a LAC, mas como uma solução para postura dissuasória do exército em geral (TARAPORE, 2021; TARAPORE, 2021).

Por outro lado, o custo relativo posto pela LAC revela também oportunidades para modernização e alteração doutrinária das forças terrestres indianas. De fato, a LAC e os conflitos fronteiriços fazem parte de um tabuleiro geopolítico mais amplo, e para as forças chinesas a prioridade é o controle marítimo (HOODA 2020). Tendo isso em mente, a militarização da LAC por forças indianas pode acarretar um custo elevado para as forças armadas indianas, que como discutido ao longo do trabalho, possui dificuldades em acompanhar a taxa de desenvolvimento do Exército de Libertação Popular.

De um ponto de vista histórico, a crise se demonstra contraditoriamente tanto como um ponto de contestação quanto de continuação. Por um lado, a crise contesta os esforços diplomáticos e *confidence building measures* construídos ao longo das décadas. Por outro, a crise se mostra como uma continuação dos diversos impasses ao longo da LAC (Doklam, Depsang, Chumar) e da Guerra Sino-Indiana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado tinha em seu cerne a pergunta: a partir de uma estratégia de dissuasão convencional, como a Crise de Ladaque afetou a postura estratégica dissuasória do exército indiano? Tendo como base essa pergunta de pesquisa, o caso analisado demonstra de forma focada (devido ao recorte delimitado focando somente nas forças terrestres e na Crise do Ladaque) um cenário geoestratégico de rivalidade entre duas grandes potências asiáticas. A crise demonstrou a rigidez chinesa na sua manutenção de soberania territorial. Mesmo com anos de *confidence building measures* e acordos diplomáticos a administração chinesa foi implacável em suas reivindicações territoriais, cenário o qual pode ser aplicado também dentro contexto de uma possível anexação de Taiwan.

Como anteriormente mencionado na pergunta, a base teórica utilizada para o trabalho foi a Teoria da Dissuasão. Tendo a dissuasão como alicerce teórico, o trabalho se aproveitou da literatura referente a dissuasão convencional, diplomacia coercitiva e *precision-guided munitions* para o desenvolvimento e argumentação na pesquisa.

A estratégia metodológica inicial proposta pelo trabalho foi a análise documental, que seria baseada na leitura e interpretação de documentos oficiais do Ministérios da Defesa Indiano. Os documentos fulcrais para essa análise documental foram respectivamente: *Land Warfare Doctrine* (2018) e o *Indian Army Doctrine* (2004). Contudo, esses documentos se demonstraram insuficientes em discutir o atual cenário geopolítico indiano, mais especificamente a Crise do Ladaque e suas repercussões para o posicionamento estratégico do exército indiano. Com isso em mente, a revisão de literatura foi utilizada extensivamente para a pesquisa e análise da postura estratégica indiana.

Sumariamente o trabalho teve como conclusões parciais em seus capítulos: a) a compatibilidade entre o conceito teórico de estratégia de objetivos limitados e seu relacionamento com a crise do Ladaque, b) a retomada de uma relação de rivalidade sino-indiana baseada principalmente em reivindicações territoriais históricas, c) a recontextualização da Crise do Ladaque em um cenário mais amplo de dissuasão sino-indiana. De forma geral, o trabalho conclui que o cenário de rivalidade estratégica construído com a Crise do Ladaque criou sim um precedente para uma postura estratégica dissuasória baseada na negação.

Para mais, o desenvolvimento de um desenho de pesquisa futuro baseado no atual trabalho poderia ampliar seu recorte analítico. Como mencionado repetidamente pelos diversos autores citados, a Crise do Ladaque não é um evento isolado que ocorreu no vácuo, ele deve

ser considerado e analisado também como parte de um extenso cenário de competição militar-econômica entre Índia e China, tanto no âmbito terrestre quanto no âmbito marítimo.

REFERÊNCIAS

Associated Press. **India, China Begin Troop Withdrawal from Contested Border**. US News, 2021. Disponível em: <https://www.usnews.com/news/world/articles/2021-02-11/india-china-begin-troop-withdrawal-from-contested-border>. Acesso em: 22 maio 2023

Estados Unidos da América. Central Intelligence Agency (CIA). **Map of the Kashmir Region 2004**. University of Texas, 2004. Disponível em: <https://maps.lib.utexas.edu/maps/kashmir.html>. Acesso em: 19 maio 2023

Britannica, The Editors of Encyclopaedia. "Ladakh". *Encyclopedia Britannica*. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/>. Acesso em: 4 maio 2023

CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War**. Edited and Translated by Michael Howard and Peter Paret. Princeton: Princeton University Press, 1984.

CLARY, Christopher; NARANG, Vipin. **India's Pangong Pickle: New Delhi's Options After Its Clash with China**. War on the Rocks, 2020. Disponível em: <https://warontherocks.com/2020/07/indias-pangong-pickle-new-delhis-options-after-its-clash-with-china/>. Acesso em: 27 nov. 2022

DEEPAK, B. R.; DEEPAK, B. R.. **India and China: Beyond the Binary of Friendship and Enmity**. Springer Nature, 2020.

FREEDMAN, Lawrence; RAGHAVAN, Srinath. "Coercion". In: Paul D. Williams (Ed.), *Security Studies: an introduction*. 2a ed. 2013. pp. 206-220.

FREEDMAN, Lawrence. "As duas primeiras gerações de estrategistas nucleares". In: **Construtores da Estratégia Moderna – Tomo 2**, Peter Paret (Org.). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

HALLION, Richard P. **Precision Guided Munitions and the New Era of Warfare**. Air Power Studies Center, 1997. Disponível em: <https://man.fas.org/dod-101/sys/smart/docs/paper53.htm>. Acesso em: 08 maio 2023.

HAMEEDY, Qasim. **Sino-Indian War 1962--Where do India and China Stand Today?**. Army Command and General Staff College Fort Leavenworth Ks, 2013. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/citations/ADA589875>

HOODA, Samanvya. **The Future of Deterrence Along the LAC**. Institute of Chinese Studies, 2020. Disponível em: <https://www.icsin.org/publications/the-future-of-deterrence-along-the-lac>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LEVY, Jack S. **Deterrence and coercive diplomacy: the contributions of Alexander George**. Political psychology. 2008. pp. 537-552.

OTAVIO, Anselmo, FEDDERSEN, Gustavo Henrique. **Dissuasão**, in: Dicionário de Segurança e Defesa. SAINT-PIERRE, Héctor Luís, VITELLI, Marina Gisela. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018.

IISS. **The Military Balance 2023: The Annual Assessment of Global Military Capabilities and Defense Economics**. IISS, 2023.

INDIA. Ministry of Defense. About Us. 2023. Disponível em: <https://mod.gov.in/node/92338>. Acesso em: 20 maio 2023.

INDIA. Department of Defense. About Us. 2023. Disponível em: <https://mod.gov.in/dod/about-department-defence-0>. Acesso em: 20 maio 2023.

INDIA. Ministry of Defense. Indian Army. **Land Warfare Doctrine**. 2018. Disponível em: <https://indianarmy.nic.in/Site/FormTemplate/frmTempSimple.aspx?MnId=Hnh8/BbOpivQ2K/PXbN35A==&ParentID=XFNaYCSYZR5m3uJaIKtttdQ==&flag=8CKP966uzg96kLov0aWdfQ==>. Acesso em: 14 nov. 2022.

INDIA. **Indian Army Doctrine** (2004). Defense Staff. 2004. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/157030/India%202004.pdf>. Acesso em: 23 de maio 2023.

JUNIOR, João Freire. **O Estado Indiano e o Poder de Dissuasão em seu Entorno Estratégico**. Revista Brasileira de Estudos Estratégicos, v. 11, n. 21, 2020. Disponível em: <http://www.rest.uff.br/index.php/rest/article/view/181>. Acesso em: 23 de maio 2023.

KAUFMANN, William W., **The Requirements of Deterrence**. Center of International Studies Memorandum no. 7, 1954, Princeton University.

KRISHNAN, Ananth. **Line of Actual Control | India-China: the Line of Actual Contest**. The Hindu, 2020. Disponível em: <https://www.thehindu.com/news/international/line-of-actual-control-india-china-the-line-of-actual-contest/article31822311.ece>. Acesso em: 27 nov. 2022.

MAZARR, Michael J. **Understanding Deterrence**. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2018. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/perspectives/PE295.html>. Acesso em: 24 abr. 2023.

MEARSHEIMER, John J. **Conventional Deterrence**. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

MORGAN, Patrick. **Deterrence Now**. Cambridge University Press, 2003. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/deterrence-now/7890EF64766FFF2A54D0011A097FA9AF>. Acesso em: 27 set. 2022.

Missile Defense Project. **Missiles of India**. Center for Strategic and International Studies. 2018. Disponível em: <https://missilethreat.csis.org/country/india/>. Acesso em: 23 maio 2023

MISHRA, Vivek. Doklam and Beyond: India Must Brace for China's Land-Maritime "Salami Slicing". Huffpost. 2017. Disponível em: https://www.huffpost.com/archive/in/entry/doklam-and-beyond-india-must-brace-for-china-s-land-maritime-s_in_5c11f317e4b0508b21363ca3. Acesso em: 25 maio 2023.

PARDESI, Manjeet S. **China and India: The Evolution of a Compound Rivalry**. 2017 in: The Routledge Handbook of Asian Security Studies. GANGULY, Sumit; SCOBELL, Andrew; LIOW, Joseph C. Routledge 2018.

PARDESI, Manjeet S. **India's China strategy under Modi continuity in the management of an asymmetric rivalry.** Springer. 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/s41311-021-00287-3>. Acesso em: 22 maio 2023

SINGH, Sushant. **Line of Actual Control (LAC): where it is located, and where China and India differ.** The Indian Express, 2020. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/explained/line-of-actual-control-where-it-is-located-and-where-india-and-china-differ-6436436/>. Acesso em: 22 nov. 2022

SCHELLING, Thomas C. **Arms and Influence.** New Haven: Yale University Press, 1966.

TARAPORE, Arzan. **The Crisis after the Crisis: How Ladakh will Shape India's Competition with China.** Lowy Institute, 2021. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/publications/crisis-after-crisis-how-ladakh-will-shape-india-s-competition-china>. Acesso em: 22 nov. 2022

TARAPORE, Arzan. **The Army in Indian Military Strategy: Rethink Doctrine or Risk Irrelevance.** Carnegie India. 2020. Disponível em: <https://carnegieindia.org/2020/08/10/army-in-indian-military-strategy-rethink-doctrine-or-risk-irrelevance-pub-82426>. Acesso em: 20 de maio de 2023

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto Wagner Meneses. **O Desafio da Dissuasão Convencional no Ambiente Multidomínio: Antiacesso e Negação de Área como Resposta.** Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica, vol 18, n 4, set/nov, 2020.

SAINT-PIERRE, Héctor Luís. “Grandes tendências da segurança internacional contemporânea”, in: **Segurança Internacional: perspectivas brasileiras.** JOBIM, Nelson A., ETCHEGOYEN, Sergio W. e ALSINA, João Paulo (Org.) RJ, Ed. FGV, 2010, pp. 401-418.

SCHELLING, Thomas C. **Arms and Influence.** New Haven: Yale University Press, 1966.

WIKIMEDIA. The Discoverer. Aksai Chin Sino-Indian border map. 2013. disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Aksai_Chin_Sino-Indian_border_map.png. Acesso em: 14 de maio 2023.